

Ministro elogia mudança salarial

— Na última vez em que conversamos, o senhor dizia que estava havendo uma transferência de renda exagerada do empresário para o operariado. Agora, muda-se a política salarial e, no entanto, a empresa deverá continuar descapitalizada. Por outro lado, não podemos mais contar com nova poupança externa. Como fica a situação da economia nacional?

— Eu não disse que estava havendo uma transferência exagerada da empresa para o operariado. Eu disse que a lei salarial havia sido desenhada, estudada, prevendo uma inflação de 40%. E, dentro dessa previsão, a lei salarial levaria a uma distribuição de renda gradual, progressiva, criando um novo perfil de consumo, que seria impossível ao sistema produtivo adaptar-se ao novo sistema de consumo.

Com a inflação de 90 a 100%, a velocidade de distribuição de renda entre classes provocou uma transferência rápida e exagerada das camadas assalariadas médias e altas para a base da pirâmide, transferência apenas monetária, uma vez que o sistema produtivo não pode e não podia adaptar-se naquela velocidade em que se verificou a transferência de renda. O índice de 1,10 vezes 40% de inflação seria um acréscimo real de renda de 4% ao ano, além da produtividade, para a camada de um a três salários mínimos. O índice de 1,10 vezes 100% de inflação era 10% de transferência adicional de renda para essa camada por ano. Ora, sistema produtivo algum no mundo consegue fazer um crescimento de adaptação de mais de 10% de produção/ano para aquela camada de consumo. 4% era possível.

— Ainda mais numa economia recessiva?

— Exatamente. Então, no que insisti muito na ocasião foi que a lei salarial não havia sido estudada para essa situação e, conseqüentemente, a velocidade de redistribuição de renda seria tão alta que, na camada de um a três salários mínimos, provocaria um aumento real de renda monetária que não seria acompanhada por uma oferta equivalente de bens para o comprador; conseqüentemente, haveria mais procura do que oferta, criando pressão inflacionária e anulando o efeito da transferência. Nas camadas mais altas a renda cairia rapidamente, a oferta não teria comprador e se criaria capacidade ociosa, causando dificuldades e inflação.

Posteriormente, chamei a atenção para esse desequilíbrio de oferta e procura, que, com excesso de procura embaixo e falta de procura em

cima em relação ao sistema produtivo, estava desequilibrando todo o sistema produtivo brasileiro; estava reduzindo, de um modo muito grave, a rentabilidade das empresas, conseqüentemente deixando de gerar lucro, que é o fator fundamental de criação de emprego. Chamei bastante a atenção sobre isso: a descapitalização das empresas, inexoravelmente, provocaria a falta de investimentos e a falta de criação de empregos.

— E o nível de poupança?

— O nível de poupança interna brasileira nos últimos anos foi suplementado por poupança externa, que entrava por meio dos déficits comerciais.

Por decisão política e por necessidade absoluta, nós, agora, passamos da fase de déficits comerciais, deliberados e conscientes, para trazer recursos externos, para uma fase que terá de ser da dívida.

O Brasil, de agora adiante, tem de se preparar para superávits comerciais da ordem de 10 bilhões de dólares/ano para poder pagar os juros. Passamos de uma longa fase de déficits, porque trazíamos 5, 6 a 7 bilhões de dólares/ano, para uma fase — que terá de ser longa — de superávits comerciais que se deverão aproximar, em média, dessa ordem para pagarmos os juros da dívida. Isso significa deixar de entrar na vida brasileira qualquer coisa em torno de 15 bilhões de dólares/ano, deixam de entrar 5 e saem 10 bilhões.



Como o produto brasileiro é 250 bilhões de dólares/ano, aproximadamente, em dólar mais real do que a taxa de câmbio, e como a nossa poupança interna é qualquer coisa em torno de 20% disso — está por volta de 50 bilhões de dólares/ano — para todos os investimentos nacionais — para fazer casas, estradas, fábricas, postos de gasolina — são 50 bilhões de dólares/ano. Ora, uma perda de 15 bilhões de dólares/ano nessa transição de déficit para superávit é uma porcentagem muito grande.

De onde vão sair esses 15 bi-

lhões? Têm saído do consumo, ou têm saído do investimento; ou têm de sair de parte do consumo e parte do investimento, ou têm de sair do aumento da produtividade interna e da redução do desperdício interno; ou têm de sair de um aumento anormal do produto? Só temos essas alternativas, para compensar esse montante? De qualquer maneira, estamos com 15 bilhões de dólares a menos na formação de recursos para a vida nacional. Isso tem de sair de consumo, de investimento, de redução de desperdício, aumento de produtividade, aumento do produto. Evidentemente, tem de sair de uma composição dessas soluções?

— O governo também erra, mas há muitas forças externas que agem sobre ele, fatos externos novos que levam às mudanças de políticas diariamente. É importante haver um balizamento da sociedade, mas é importante, também, ter um pragmatismo diário, de rever cursos diariamente quando se está em mar tempestuoso; um avião que voa em nuvens tem que estar freqüentemente mudando a rota.

O constrangimento atual da vida brasileira é a dívida externa. Mas não é só a dívida externa, é também o processo inflacionário, a necessidade de uma nova atitude da sociedade.

Esta fase exige, agora, uma mudança de atitude da sociedade. Quando eu falo em sociedade, dentro dela está o governo; não acho que o governo esteja acima da sociedade, o considero parte da sociedade.

Esses dois anos terão de ser anos de economia de guerra.

Nosso problema, hoje, não é tanto de cuidar dos que já têm emprego, mas dos que não têm emprego; a formação de capitais internos que substituam a perda da entrada de poupança externa, e substituam a não-formação de poupança compulsória via déficit orçamentário, seja criando essa formação de capitais por meio de uma nova redistribuição de renda interna, seja por meio de posições que recuperem a saúde das empresas, via reinversão de lucro no processo, seja, finalmente, por meio de reforma tributária que crie poupança compulsória fiscal, que é a última hipótese que o governo quer adotar.

O problema, agora, é retomar a formação de capitais para, assim, retomar a criação de investimentos para criar os empregos, para cuidar de quem não tem emprego. Essa é a nova linha de agora em diante. A revisão da lei salarial encaixa-se nisso.